

**Marchando para Oeste – Discursos Sobre as Políticas  
Varguistas de Integração Nacional.**

Gabriela Carames Beskow<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos elaborados por intelectuais e técnicos ligados ao Estado durante o primeiro governo Vargas (1930 – 1945), por meio de seus artigos divulgados em produções oficiais, onde buscavam legitimar as políticas de integração nacional promovidas neste período. Nestes discursos são destacados temas como o da integração do campo e do homem rural ao processo de desenvolvimento nacional, e os debates sobre a organização territorial do país, que visava promover o desenvolvimento das regiões e a ocupação racional do interior. Esses discursos enfatizavam a necessidade de ocupar os espaços considerados “vazios” do Brasil. As fontes analisadas são, principalmente, os artigos das revistas *Cultura Política* e da *Revista Brasileira de Geografia*, que permitem identificar diferentes estratégias de abordagem sobre o tema em questão.

**Palavras – Chave:** Integração Nacional, Marcha para Oeste, Getúlio Vargas.

**Abstract:** The objective of this work is to analyze the speeches elaborated by intellectuals and technicians of the State during the first Vargas government (1930 – 1945), based in divulged articles of official productions, where they would like to legitimized this period promoted politics of national integration. In these speeches, themes as integration of the field and the agricultural man to the process of national development and the debates on the territorial organization of the country that wanted to promote the development of the areas and the rational occupation of the interior. These speeches emphasized the necessity to occupy the considered spaces "empty" of Brazil. The analyzed sources are, mainly, the articles of the magazines *Cultura Política* and *Revista Brasileira de Geografia*, that allow to identify different strategies of boarding on the subject in question.

**Keywords:** National integration, Marches for West, Getúlio Vargas.

Ao longo do primeiro governo Vargas, o discurso da integração nacional foi elaborado por parte dos intelectuais ligados ao Estado, dentro dos projetos de desenvolvimento então propostos para o país. De acordo com Linhares e Teixeira da Silva (1999), a política para o campo do governo Vargas vinha de encontro às preocupações com a urbanização e a industrialização crescentes, tendo como objetivos o abastecimento das cidades e a satisfação da demanda de matérias-primas, o que tendia a reorientação da agricultura do mercado externo para o interno. A intervenção estatal buscava, entre outros fatores, incentivar a mobilidade da fronteira econômica com o objetivo de incorporar amplos “espaços vazios” do país ao processo produtivo; reunir diversos núcleos demográficos

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

isolados, povoando “racionalmente” o país, assumindo uma “ideologia da fronteira” ou do “bandeirantismo”, aspecto central nas estratégias governamentais. Em discurso afirmou Getúlio Vargas:

*Mas, se, politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram alto grau de desenvolvimento econômico e industrial (...). Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados (...), pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. (VARGAS, s.d: 31).*

É no período do Estado Novo que as propostas de integração nacional são agrupadas sob uma “bandeira política”, a da Marcha para Oeste. A política de Marcha para Oeste foi acompanhada da criação diversos símbolos e imagens. Para Alcir Lenharo

*A ‘cruzada’ da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano novo de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização. (LENHARO, 1986: 55 e 56).*

Essa imagem foi moldada, essencialmente, pela perspectiva de retomada do ideal bandeirante, dos homens que desbravam, conquistam, exploram riquezas e civilizam os espaços em branco dos mapas. Tratava-se de reeditar as conquistas realizadas pelos bandeirantes, promovendo a ocupação racional do país e a integração econômica entre interior e litoral. Propunha-se, para a efetiva ocupação dos “espaços vazios” do interior, a transferência de populações, o que propiciaria também o “desafogamento” dos centros urbanos litorâneos. Tratava-se de contingentes populacionais que deveriam ser racionalizados, o que asseguraria a revalorização desses indivíduos através da promoção de sua dignidade e da garantia de sua assistência sanitária e educativa.

Por meio de um importante aparato de propaganda montado ao longo das décadas de 1930 e 1940, cristalizado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), os intelectuais ligados ao Estado foram responsáveis pela construção de símbolos, imagens e discursos sobre a Marcha para Oeste. Os intelectuais, de acordo com a concepção do Estado Novo, deveriam assumir um papel fundamental: eram os intermediários entre o Estado e o povo, sendo capazes de sintetizar as aspirações populares e de difundir a ideologia oficial pela sociedade.

Os discursos dos intelectuais e técnicos tinham como objetivo legitimar e divulgar as propostas políticas do Estado. Os símbolos e as imagens sobre a Marcha para Oeste passaram a fazer parte do imaginário brasileiro, e são aqui entendidos a partir do conceito de representação social. Roger Chartier (1988) definiu as representações coletivas como matriz e efeito das práticas construtoras do mundo social, ou seja, elas funcionavam como ponto de partida que determinam a forma como o homem age em sociedade e também a maneira como entende essa mesma sociedade, assim como as ações em sociedade são capazes de moldar as representações do imaginário coletivo.

As representações expressam definições de objetos que são partilhadas por membros de um grupo, que, assim, constroem uma visão consensual da realidade. O entendimento dos símbolos, imagens e discursos da “Marcha para Oeste” como representações sociais significa afirmar que esses elementos foram incorporados ao imaginário social, influenciando a forma como as pessoas pensavam o oeste brasileiro, e servindo também como justificativa para ações dessas pessoas como, por exemplo, a decisão de migrar para as áreas de fronteira, estimulada pelas políticas estatais.

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos elaborados por intelectuais e técnicos sobre a Marcha para Oeste, buscando compreender suas diferentes categorias e as estratégias de construção que propiciaram sua consolidação como representações sociais. Foram escolhidas como fontes de análise as revistas *Cultura Política* e *Revista Brasileira de Geografia* (RBG).

A *Revista Brasileira de Geografia*, publicada pelo Conselho Nacional de Geografia do IBGE a partir de 1939, contava com a contribuição dos técnicos do órgão e de outras instituições nacionais e internacionais. Divulgavam-se artigos e comunicações sobre o conhecimento geocientífico, econômico e social. A *Revista Cultura Política*, vinculada ao DIP, foi publicada entre março de 1941 e outubro de 1945. Entre os intelectuais que escreviam para esta publicação, podemos encontrar desde ideólogos do regime estado-novista como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Cassiano Ricardo, até personalidades como Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

As formulações dos intelectuais são, neste trabalho, examinadas a partir de algumas categorias: os discursos mais técnicos, com caráter de estudos, que forneciam dados que subsidiavam as políticas do Estado; discursos que divulgavam as ações do Estado ou faziam propostas neste sentido; e discursos preocupados com a legitimidade simbólica da Marcha para Oeste. É importante frisar que estas categorias são “flexíveis”, ou seja, alguns

discursos abrangem mais de uma das categorias descritas, reunindo, muitas vezes, aspectos da prática política e do universo simbólico.

### **Os Discursos e Elaboraões Sobre a Marcha para Oeste.**

A construção de um imaginário sobre a Marcha para Oeste não diz respeito apenas à elaboração de discursos que expressem suas dimensões simbólicas. Os discursos sobre as propostas e as práticas políticas do Estado também contribuíram para a consolidação de imagens sobre a Marcha. As questões que envolviam o homem e o ambiente eram colocadas como pontos de partida para a resolução dos problemas sociais. Assim, estas duas questões deveriam ser profundamente estudadas por técnicos e especialistas, gerando modernos “planos científicos” para povoar e colonizar os “espaços vazios”.

No caso dos estudos elaborados, o material produzido na RBG merece destaque. Levantando importantes dados e informações sobre todas as regiões do país, os estudos forneceram importantes subsídios para propostas políticas oriundas tanto deste órgão (IBGE) quanto de outras instâncias governamentais. Entre o material contido na RBG, destaca-se a discussão do tema amazônico. Um dos mais difundidos discursos sobre a Marcha para Oeste, e que se tornou uma referência sobre o tema é o *Discurso do Rio Amazonas*, feito por Getúlio Vargas em Manaus em 10 de Outubro de 1940. O texto destaca imagens associadas à Marcha como a figura do bandeirante (ressaltando sua “coragem empreendedora” e sua resistência) e a proposta de pôr em prática um novo bandeirantismo. Vargas afirmava que a Amazônia estava sendo atentamente estudada; é nesse processo de construção do conhecimento sobre a Amazônia e visando sua integração ao projeto nacional que analisamos os artigos sobre o tema contidos na RBG.

Alguns artigos reúnem informações sobre características físicas da região, enquanto outros abordam suas questões históricas, políticas e sociais. Esse último grupo fornece indicações importantes para este trabalho, detendo-se de forma mais profunda em temas como a ocupação e a exploração da Amazônia.

A história da conquista do território amazônico é tema de vários artigos. A valentia e o empenho no desbravamento de uma região tão hostil eram extremamente ressaltados, valorizando a figura dos primeiros exploradores. Com relação à exploração econômica, os autores dos artigos enumeram as principais atividades, dando ênfase às tentativas frustradas de se estabelecer a agricultura e a pecuária de forma significativa na região.

A extração da borracha recebe uma atenção especial, tanto pelo peso econômico que representou para a região e para o país, quanto por sua função estratégica no contexto da Segunda Guerra Mundial na qual o Brasil estava envolvido no momento da publicação dos artigos. O cotidiano dos seringais, as ondas de migração nordestina e o processo de extração e venda do látex são temas bastante explorados. É interessante observar a forma como o tema da borracha é tratado, em suas perspectivas presente e futura, como fator que contribuiria para o desenvolvimento local e sua integração a economia nacional. O artigo *A Exploração Amazônica* (LIMA, 1943) fornece informações sobre os planos do governo para a região a médio e longo prazo, declarando que o investimento econômico estaria voltado especialmente para a extração da borracha e a atividade agrícola. O governo afirmava a pretensão de criar sistemas de exploração dos seringais em que a qualidade de vida dos trabalhadores estaria garantida:

*Pôr-se-á em prova, então, a competência técnica especializada, que se demonstrará através da seleção dos tipos de seringueira, da preferência dos terrenos a cultivar, do aparelhamento dos campos de plantação, da assistência alimentar e sanitária aos trabalhadores, das medidas propagadoras de instrução e educação, dêstes e de suas famílias, ensinando-lhes hábitos salutareos, tendentes a erguer o nível mental do homem, prestando-o para a civilização. (LIMA, 1943: 412)*

É possível identificar, neste trecho, a importância do conhecimento técnico e científico para a execução e o sucesso das políticas de colonização e integração econômica do interior do país. Podemos observar também nos discursos de intelectuais que contribuíam para a Revista *Cultura Política* como as técnicas modernas eram valorizadas, tanto no mapeamento dos problemas a serem enfrentados, quanto nas soluções encontradas para a sua resolução. É o caso do artigo de Beneval de Oliveira (OLIVEIRA, 1943). Nele o autor discorre sobre os temas do povoamento e da política demográfica, referindo-se às questões que envolviam a Marcha para Oeste. A questão da garantia de qualidade de vida no campo aparece como central para a concretização da Marcha:

*O problema do campo é substancial e está naturalmente ligado ao grande movimento nacional d a Marcha para Oeste. Éle requer uma infinidade de medidas tendentes a fixar os nossos sertanejos ao solo, por intermédio dos núcleos agrícolas, da educação rural e agrícola, da propriedade, de instrumentos e máquinas, da habilitação e alimentação, do crédito, da assistência médica e social, extensiva às famílias, da abertura de estradas, de facilidade de transportes, de localização não distante dos centros de consumo, da formação dos exércitos do trabalho e assim por diante. (OLIVEIRA, 1943: 71)*

Essas medidas vinham sendo tomadas pelo Estado de forma enérgica, segundo o autor, que cita alguns exemplos. Outros artigos exploram as realizações do governo de forma mais aprofundada, como uma reportagem especial da *Cultura Política* de 1943 (CP, Ano III,

nº. 35). Os repórteres da revista entrevistaram técnicos responsáveis pela consolidação das colônias e núcleos agrícolas promovidos pela política de Marcha para Oeste. É interessante observar como a palavra destes técnicos é valorizada, mostrando que todo o trabalho por eles promovido estava embasado em modernos conhecimentos científicos que garantiam o sucesso das empreitadas e demonstravam a preocupação do Governo em por em prática as medidas necessárias. A reportagem informava aos leitores o que eram núcleos e colônias agrícolas, quais os critérios para a distribuição de terras, seus sistemas de funcionamento, e como estavam encaminhados os projetos já instalados. Nas falas dos técnicos é possível observar uma forte vinculação construída entre a Marcha para Oeste e a valorização do homem do campo. As políticas buscavam garantir melhores condições econômicas a esse setor social. A reportagem contém também uma breve entrevista com um trabalhador rural que conta sobre a facilidade que teve em obter sua terra e a faticidade em que se encontrava sua família por produzir em seu pedaço de chão.

Analisando a fala dos técnicos entrevistados observamos referências que são constantes em muitos textos, que associam a Marcha para o Oeste ao fortalecimento da nacionalidade, associação cara ao imaginário criado sobre o tema. A idéia de que o espírito da nacionalidade se encontrava no interior, no oeste, é recorrente nos autores que discutem a Marcha, principalmente aos que se dedicam à sua legitimidade simbólica. A história aparece com enorme destaque, pois a partir dela se elaboraram mitos centrais da Marcha para Oeste, como é caso do bandeirantismo.

Cassiano Ricardo foi um dos expoentes na criação de referências simbólicas sobre a Marcha para Oeste, e em seus trabalhos a questão do espírito bandeirante é a base legitimadora principal. Em seus artigos presentes na *Cultura Política* (RICARDO, 1941 e 1942), o autor desenvolve o tema do bandeirantismo que foi inicialmente trabalhado em sua obra “*Marcha para Oeste*” (RICARDO, 1940). Para Ricardo, diversos traços presentes na política do Estado Novo, como suas características institucionais, o regime de autoridade, o governo forte, o caráter popular e genuinamente brasileiro, tinham raízes históricas no movimento das bandeiras. O espírito das bandeiras estaria vivo na sociedade contemporânea, e a impulsionava a retomar a Marcha para Oeste, sentido para a nacionalidade. Entre as heranças bandeirantes fortemente presentes na sociedade contemporânea, o autor enumera o amor à vida agrícola, o espírito de iniciativa e de respeito às leis, a sociedade que se fixou no interior do país e as próprias fronteiras nacionais. Ricardo fala também das bandeiras do século XX, que envolviam tanto as medidas políticas da Marcha para Oeste, como uma série de expedições científicas que desbravaram o interior do país no período tratado. Novos

“bandeirantes” surgiram nestes movimentos, como é o caso do Marechal Rondon, a quem o autor dedica grande espaço ao falar em suas expedições.

Através da análise do material produzido pelas revistas *Cultura Política* e *Revista Brasileira de Geografia*, buscamos identificar as formas como os discursos intelectuais sobre a Marcha para Oeste foram construídos, para melhor compreender como aspectos destes discursos tornaram-se parte de um rico imaginário sobre o tema. As representações sociais consolidadas a partir deste imaginário são referências importantes para a história política e cultural do país. A busca pelas modernas soluções científicas, a tentativa de se implementar um novo modelo de desenvolvimento, passado, presente e futuro se reúnem nas falas dos intelectuais que constroem discursivamente a Marcha para Oeste. A importância cultural e política destes intelectuais e a difusão de seus discursos são temas que merecem ser profundamente explorados e que tem muito a oferecer à historiografia que se propõe a fazê-lo.

## Bibliografia

- A colonização agrícola – Reportagem especial de Cultura política.* In: **Revista Cultura Política.** Ano III, nº. 35. Rio de Janeiro: DIP, Dezembro de 1943. Pp. 184-195.
- ARAÚJO LIMA. *A exploração amazônica.* In: **Revista Brasileira de Geografia.** Vol. V, nº. 3. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Julho-Setembro de 1943. Pp. 371-418
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.
- CORREIA FILHO, Virgílio. *Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira.* In: **Revista Brasileira de Geografia.** Vol. IV, nº. 2. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Janeiro-Março de 1942. Pp. 263-298
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** São Paulo: Papyrus, 1986.
- OLIVEIRA, Beneval. *Variações sobre povoamento e política demográfica.* In: **Revista Cultura Política.** Ano III, nº. 33. Rio de Janeiro: DIP, Outubro de 1943. Pp. 61-72.
- PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante.* In: **Revista Cultura Política.** Ano I, nº. 1. Rio de Janeiro: DIP, Março de 1941. Pp. 110-132.
- \_\_\_\_\_. *As bandeiras do século XX.* In: **Revista Cultura Política.** Ano II, nº. 11. Rio de Janeiro: DIP, Janeiro de 1942. Pp. 13-27.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda. **Terra Prometida – Uma história da Questão Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. Pg. 111.
- VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil – Volumes V e VIII.** Rio de Janeiro: José Olympio, s.d.